Modificação em cláusula de visitação

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ...... VARA DA COMARCA DE (CIDADE) - (UF)**

(deixar aproximadamente, 20 linhas em branco)

(NOME DO AUTOR), (nacionalidade), (estado civil), (profissão) e domiciliado nesta cidade, na rua ..............., portador do CPF nº ................. e da Identidade nº ...................., vem, mui respeitosamente, por seu advogado e bastante procurador, dizer que é esta para promover

AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE CLÁUSULA DE VISITAÇÃO

de procedimento ordinário, em face de (NOME DA RÉ), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portadora do CPF nº ............................ e da Identidade nº ...................., residente e domiciliada nesta cidade, na rua ..............., com fundamento no art. art. 15 da Lei nº 6.515, de 26 de Dezembro de 1977 e na forma do art. 282 e seguintes do CPC, pelos motivos fáticos e de direito a seguir expostos.

1- Que o Requerente foi casado com a Requerida, encontrando-se desta, separado judicialmente.

2 - Que o casal tem os filhos ............., .................. e ............., todos menores, sendo o primeiro de dezesseis anos de idade, o segundo de quinze anos e a terceira de três anos, estando os três sob a guarda, de direito, da Requerida e residindo com a mesma, face a acordo homologado no processo nº ....................., da AÇÃO DE SEPARAÇÃO JUDICIAL ajuizada pela Ré, já trânsita em julgado.

3 - Que pelo mesmo acordo supra mencionado, o pai, ora Requerente tem o direito de visita aos filhos e em especial à filha menor de nome ................, sendo que por inúmeras vezes vem sendo impedido de pegar a mesma aos domingos, como devidamente comprovado por inúmeras ocorrências policiais e relatórios da Assistência Social e Conselho Tutelar.

4 - Que na data de .............., por ocasião da justificação da AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO que o Requerente promoveu, ficou de forma clara e cristalina, comprovado que a mãe dos menores acima qualificados, tudo faz para impedir a visita do pai à filha ................., provas estas inquestionáveis, que se fizeram presente não só por documentos, mas também por depoimento das testemunhas arroladas.

5 - Que, como reconhecido por este ínclito juízo, o pai tem todo o direito de visitar e pegar sua filha, para com ela permanecer ao menos um dia na semana, sendo este o procedimento correto, visando o bem estar da menor, que se encontra em tenra idade, pois sem dúvida, necessita esta do convívio de ambos os pais.

6 - Ocorre que, como já denunciado oportunamente, na data de ............., o Suplicante, exercendo o direito de visita à filha ..................., tentou pegá-la no horário determinado, sendo surpreendido pela informação da empregada da Requerida, de nome .................., que a menor ................ havia sido retirada de casa por sua mãe, de manhã cedo, sem dizer para onde ia e que horas voltaria, ficando impedido o Requerente de pegar sua filha, o que gerou a primeira ocorrência policial, constatada “in loco” pelos policiais, com o testemunho de ............................, sendo que esta recebera ordens da Ré para que não permitisse que o pai pegasse a filha, o que comprova a premeditação da Requerida.

7 - Que tal situação permanece inalterada, uma vez que a Ré continua impedindo a visita do Requerente à sua filha .................., como devidamente comprovado no relatório da Assistente Social, em anexo, bem como, pelas inúmeras ocorrências policiais, que se encontram enumeradas e muito bem explicitadas pelo ilustre representante do Ministério Público, também em anexo, além do incluso relatório do Conselho Tutelar, documentos esses que comprovam inquestionavelmente, o alegado pelo Requerente.

8 - Assim, não tem outra alternativa, a não ser ajuizar a presente, para ver modificada a cláusula do acordo homologado no supra mencionado processo de separação, que estipula as condições de visita aos filhos, de forma que o Requerente passe a ter o direito de pegar sua filha ................., aos domingos, às 9 (nove) horas e entregando-a à mãe, às 20 (vinte) horas do mesmo dia.

Mediante ao exposto e com fundamento nos dispositivos legais retro mencionados, o Requerente, vem, com o devido acato, perante V. Excia., requerer:

A) a concessão da MEDIDA LIMINAR modificando a cláusula de visitação aos filhos, de forma que o Requerente pegue sua filha ............, aos domingos às 9 (nove) horas e com ele permaneça até às 20 (vinte) horas do mesmo dia, quando deverá entregar a menor à sua mãe, iniciando-se neste próximo domingo, dia ................. .

b) que seja de imediato intimada a Suplicada, para entregar sua filha .............. ao pai, aos domingos, a partir de 28.11.99, no supra mencionado horário e que seja advertida para assim proceder, sob pena de prisão por desobediência;

c) a citação da Requerida, para, querendo, no prazo legal, contestar a presente, sob pena de revelia;

d) a procedência do presente pedido com a consequente regulamentação das visitas do Requerente à sua filha ................, tornando em definitivo o direito de o mesmo pegar sua filha aos domingos, às 9 (nove) horas e entregando-a à mãe às 20 (vinte) horas do mesmo dia, com a condenação da Suplicada ao pagamento das custas e verba honorária, na razão de 20% do valor da causa, devidamente corrigido e demais cominações legais;

e) os benefícios do art. 172, § 2º do CPC, para efeitos de intimação e citação;

f) face à prevenção deste ínclito Juízo, devido as ações interpostas e retro mencionadas, a distribuição do presente, por dependência, bem como a apresentação de procuração no prazo de 15 dias, face estar o Requerente em exercício de sua profissão médica, não podendo ausentar-se neste momento.

Protestando por todo o gênero de prova em direito admissível, em especial o depoimento pessoal da Requerida, cuja intimação desde já requer e pela produção de prova documental e oral.

D. R.A. esta, dá à causa, para fins de alçada, o valor de R$ .................. .

Termos em que

Pede e espera deferimento.

(Local e data)

(Nome do advogado)

(Número da OAB)